

FRIMASTER PARTICIPAÇÕES S/A - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)				continuação		
		2022	2021	2021	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	
Despesas financeiras:						
Variável cambial sobre empréstimos	-	-	(552)	(8.187)	<p>Aos Acionistas e Diretores da Friomaster Participações S.A. / Porto Alegre – RS Opinião com ressalvas: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Friomaster Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Friomaster Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Base para opinião com ressalva: Conforme nota explicativa 08, em 10 de agosto de 2020, a Companhia obteve decisão judicial transitada em julgado concedendo o afastamento da obrigação de honorários de sucesso advocatícios relativos às referidas ações judiciais no montante de R\$ 10.772 mil. Consequentemente, nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as rubricas de outras (despesas) receitas peracionais líquidas e receitas financeiras estão apresentadas a maior em R\$ 81.138 mil e R\$ 26.022 mil, respectivamente, e as rubricas de despesas administrativas e a despesa de impostos de renda e contribuição social estão apresentadas a menor em R\$ 10.772 mil e R\$ 32.772 mil, respectivamente. Sendo assim, o lucro individual e consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está apresentado a maior em R\$ 62.818 mil. Em decorrência desse assunto, a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente inclui modificação em relação ao efeito desse assunto sobre as informações correspondentes de 31 de dezembro de 2021 apresentadas para fins de comparabilidade. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos que as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.</p> <p>Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Reconhecimento de receita: Veja as notas 2.4 e 19 das demonstrações financeiras consolidadas. Principais assuntos de auditoria: A Companhia reconheça suas receitas quando a obrigação de desempenho é satisfeita e possua evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. Considerando o volume de transações envolvidas, focamos nossos trabalhos no reconhecimento de receita, pois são realizadas vendas de valores significativos e, em decorrência da logística de entrega dos clientes pode haver intervalo de tempo entre o período de emissão das notas fiscais de vendas das mercadorias e o período efetivo da transferência do controle das mercadorias vendidas aos clientes da Companhia. O eventual reconhecimento de receita fora de seu período correto de competência, decorrente de mercadorias em que a Companhia tem a obrigação de entrega, mas não o foram até 31 de dezembro de 2022, foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista os riscos de que uma receita seja reconhecida antes da transferência dos riscos e benefícios para a contraparte e do cumprimento da obrigação de desempenho. Como auditoria endereçou esse assunto: Nesse contexto, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - Entendimento dos fluxos e processos de vendas, em especial aqueles relacionados com a determinação do momento em que a Companhia transfere o controle das mercadorias vendidas para a contraparte, notadamente no período de corte; - Em base amostral, realizamos a inspeção dos respectivos pedidos, notas fiscais, recebimento financeiro subsequente, bem como avaliamos o período de corte da receita e comprovantes de entrega das mercadorias vendidas. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, identificamos diferenças cujos efeitos não resultam em uma distorção relevante no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p> <p>Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p> <p>Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p>	
Despesas bancárias	(4)	(6)	(1.163)	(1.238)		
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(300)	(784)	(2.260)	(2.737)		
Despesas com financiamentos	-	-	(43)	(45)		
Ajuste a valor presente - direito de uso	-	-	(10.405)	(7.501)		
Ajuste a valor presente fornecedores	-	-	(56.853)	(39.630)		
Juros antec. de receb. de marketplaces	-	-	(26.441)	(14.410)		
Juros sobre risco sacado	-	-	(18.468)	(5.054)		
Outras despesas financeiras	-	-	(2.907)	(1.047)		
Resultado financeiro líquido	(304)	(787)	(106.925)	(23.610)		
(i) Conforme mencionado na nota explicativa anterior no rodapé "I", em 31 de dezembro para o ano de 2021 foi registrado o ganho referente ao processo tributário que trata da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS do período de 12/2009 até 02/2020 e 06/2020 após o trânsito em julgado, desse ganho R\$ 27.721 refere-se à atualização monetária (Selic) de todo esse período, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o ganho está vinculado aos processos mencionados na nota explicativa 9 (imposto de renda e contribuição social).						
23. Saldos e transações com partes relacionadas: Além das companhias consolidadas, destacadas na Nota 2.2, a Companhia mantém operação com a seguinte parte relacionada: Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.: Instituição financeira que busca promover e facilitar o acesso dos clientes da Companhia à linhas de crédito específicas além de outros produtos financeiros disponíveis para o público externo. Os saldos em aberto da Companhia são apresentados na tabela a seguir:						
		Controladora		Consolidado		
		2022	2021	2022		2021
Ativo						
Dividendos e JCP a receber	208	1.928	-	-		
Ressarcimento Dufrio Financeira	-	-	1.090	852		
	208	1.928	1.090	852		
Passivo						
Dividendos e JCP a pagar	(252)	(12.908)	(252)	(12.908)		
Fornecedores – Dufrio Financeira	(252)	(12.908)	(911)	(12.942)		
Resultado						
Ressarcimento despesas Dufrio Financeira	-	-	1.090	852		
	-	-	1.090	852		
a. Remuneração do pessoal chave da Administração: O pessoal-chave da administração inclui somente os administradores da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:						
		Controladora		Consolidado		
		2022	2021	2022	2021	
Benefícios de curto prazo (salários, orden. e desp. c/ assist. médica)	54	54	3.699	3.338		
Seguridade social	11	11	740	668		
Total	65	65	4.439	4.006		
Exceto pelo pró-labore, a Companhia não pagou as suas pessoas chave da administração remuneração em outras categorias de (i) benefícios de longo prazo; (ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (iii) remuneração baseada em ações. Estes montantes estão contabilizados no resultado do exercício, na rubrica de "Honorários da Administração".						
Diretoria						
Guilherme Zanon CEO						
Contador						
Rodrigo Hepfner Controller - CRC/RS 101671/O						

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

Porto Alegre, 20 de abril de 2023.
 KPMG Auditores Independentes Ltda.
 CRC SP-014428/F-7
 Luis Claudio de Oliveira Guerreiro - Contador CRC-RJ 093679/O-1